

ECOMONIA

CAUSAS DA CRISE ECONÓMICA E SOLUÇÕES PARA O CASO DE ANGOLA.

Fernando Henriques Vunge¹

hevunge@gmail.com

Resumo

Com base na diligência de que neste artigo, fez-se uma abordagem teórica sobre a actual situação económico-financeira mundial, que de forma sucinta foi possível apresentar questões que tem que ver com o aumento da produção do crude e das demais commodities, em especial nas áreas de xisto dos EUA e uma demanda menor que a esperada na Europa e na Ásia. O autor teve em consideração algumas propostas para a diversificação económica dos países que dependem grandemente do petróleo, inclusive Angola, tal como recomenda-se alguns mecanismos para a possível saída da presente crise. Para o efeito, usou-se a abordagem Qualitativa. O estudo conclui que, a elevada oferta do crude no mercado internacional e a desaceleração das economias são factores que deram lugar a crise económica mundial e de Angola em particular.

Palavras-chave: Crise económica, Diversificação e *Commodities*.

Abstract

Base on the diligence in this article, a theoretical approach was taken on the current world economic and financial situation, that succinctly it was possible to present questions that have to do with the increase of the production of crude oil and other commodities, in particular in the shale areas of the USA and a lower than expected demand in Europe and Asia. The author took into consideration some proposals for the economic diversification of countries that depend heavily on oil, including Angola, as recommended by some mechanisms for a possible

¹ Licenciado em Economia pelo Instituto superior politécnico Sol Nascente. ISPSN – Huambo.

exit from the present crisis. For this purpose, a Qualitative approach was used. The study concludes that the high supply of crude oil in the international market and the deceleration of the economies are factors that gave rise to the world economical crisis and Angola in particular.

Keyword: *Economical crisis, Diversification and Commodities.*

1. INTRODUÇÃO.

Enquadramento histórico:

O traço singular das crises económicas desde o início do século XIX é a dificuldade de entrever com precisão as causas que as deflagram. No passado as depressões podiam ser imputadas claramente as guerras, revoluções ou catástrofes naturais².

Quando tudo parece estar indo bem, inexplicavelmente emergem estranhas convulsões de seu bojo, que não podem ser explicadas por esse ou aquele evento específico. Como não poderia deixar de ser, os estudiosos do assunto aventaram ao longo do tempo inúmeras hipóteses para a compreensão das flutuações económicas. As crises económicas, naturalmente, surgem como fenómenos mais influentes. Por isso, é das crises que se sente mais os efeitos teóricos.

A “Grande depressão” de 1929-1933 e a “crise do petróleo” de 1973, são exemplos claros dessa influência³.

A hipótese de *Karl Marx* pertence ao género das teorias de superprodução, segundo as quais o capitalismo seria tão produtivo que haveria um enalhe de mercadorias em vista da incapacidade das massas para adquiri-las. Para o inglês *John Maynard Keynes*, que divisava contradições internas no capitalismo muito parecidas com as de *Marx*, as crises são os reflexos

² Keynes, J.M. (2009). *A grande Crise e outros textos*. Lisboa: Relógios D’ Água Editores.

³ Curiosamente, em ambas a teoria Keynesiana foi protagonista. O tratamento keynesiano da crise de 1973 foi desastroso. Contudo, não se estava perante uma derrocada económica como em 1929, mas sim, perante um aumento de custos de uma das matérias-primas essenciais. O intervencionismo estatal não só não poderia fazer nada para resolver o problema, como podia criar com a sua actividade novos problemas. As despesas públicas pressionavam uma produção que no momento era mais cara, e o seu financiamento gerava inflação e endividamento público.

Para os monetaristas, a razão principal da grande depressão teria sido o mau gerenciamento monetário do Banco Central Americano, que permitiu uma queda abrupta da quantidade de dinheiro (deflação) quando assistiu a uma quebra geral de bancos (cujos depósitos à vista deixaram de existir) sem nada a fazer.

da insuficiência de poder de compra por parte da população⁴. Os seguidores de *Marx* e os discípulos de *Keynes* divergem entre si em detalhes, mas concordam no principal: a economia de mercado é intrinsecamente instável e perversa.

2. Causas da crise económica internacional:

Na verdade, a crise que nos referimos é simultaneamente causa e efeito da crise global e que se tem manifestado violentamente sobre as condições de vida das populações, que têm experimentado uma degradação constante desde os primeiros sintomas.

Crise económica é um período de escassez, em que a economia apresenta indicadores macroeconómicos negativos com contracção das actividades, altos níveis de desemprego e aumento da pobreza⁵. A hipótese de *John M. Keynes*, pertence naturalmente ao género da teoria da superprodução, segundo a qual o capitalismo seria tão produtivo que haveria um encalhe de mercadorias em vista da incapacidade das massas para adquiri-las⁶.

Face a este manifesto, entende-se que a crise económica refere-se essencialmente ao fundamento do capitalismo e a um período persistente de escassez, ou seja, são reflexos da insuficiência do poder de compra por parte da população. No entanto aqui, chamamos atenção sobre a questão da estabilidade económica, que por sua vez depende da relação entre a quantidade total de dinheiro em circulação e a quantidade de bens e serviços produzidos. Assim sendo, enquanto houver equivalência entre ambas magnitudes de modo que uma terceira magnitude, o nível geral de preços permaneça estável, tudo poderá estar (na humilde opinião do autor) em conformidade com o mercado. A crise económica internacional apresenta neste momento especificidades que a diferenciam da crise anterior (2008-2009) e lhe conferem características peculiares no contexto global, devastando as economias, fundamentalmente as que apresentam maior pendor das suas receitas no sector petrolífero, cujos contornos passaria pela diversificação das fontes de receitas que em abono da verdade sustentaria o PIB Nacional. Para além destas causas apontadas acima, podemos também identificar um conjunto de factores que influenciaram para a mudança profunda do mercado petrolífero e conseqüentemente, desequilibrou substancialmente a economia mundial, principalmente dos países que dependem grandemente da extracção do petróleo:

a) Inverno ameno no hemisfério norte.

⁴ Ver NEVES, J.C. *O Nobel da Economia-40 anos de História da Economia; 62 galardoados*. Príncipe Editora, Lda. Cascais-Portugal. 2009.

⁵ Ver Piketty, T. (2014). *O Capital*. Lisboa: Bloco Gráfico, Lda.

⁶ Ver Keynes, J.M. (2009). *A Grande Crise e outros textos*. Lisboa: Relógios D' Água.

Segundo os dados da Agência Federal norte-americana para Atmosfera e os Oceanos (NOAA), 2015 foi o ano mais quente desde que começaram os registos de temperatura no século XIX, devido o fenómeno meteorológico “*El Niño*”. O Inverno 2015-2016 no hemisfério norte tem sido tão ameno que a procura de combustíveis, essencialmente o gasóleo para aquecimento reduziu nos países baixos da Europa, nos Estados Unidos da América (EUA) e no Japão. Menos procura que faz descer os preços. Entende-se que, pelo facto do Inverno estar mais ou menos favorável nesta região, os principais consumidores do crude tiveram que baixar o seu consumo. Porém, esta situação fez com que houvesse excesso de petróleo no mercado internacional e concomitantemente baixou o nível de consumo e os preços caíram drasticamente.

b) Ascensão meteórica dos EUA como produtor.

Entre 2012 e 2015, os Estados Unidos da América aumentaram a sua produção petrolífera, em especial nas áreas de xisto de 10 para 14 milhões de barris por dia e tornaram-se o maior produtor mundial, ultrapassando a Arábia Saudita e a Rússia. O petróleo de xisto acrescenta 4 milhões de barris diários na produção norte-americana, segundo o Relatório económico da *Brumberg*.

Desde que começaram as perfurações do xisto, nos Estados Unidos da América e Canadá, os sauditas têm feito de tudo para não perderem a sua cota de mercado. Embora não exporte o seu petróleo bruto ou de xisto (barato e rápido de produzir) os EUA é parcialmente responsável pela diminuição das exportações para este país.

“Temos vivido uma superprodução, oriunda, sobretudo do petróleo de xisto, e isso deve ser corrigido”, disse aos jornalistas o Ministro dos petróleos dos Emirados Árabes Unidos *Suhail Bin Mohammed al-Mazroueil*, nos bastidores do Fórum Internacional de energia na Argélia no dia 26 de Setembro do ano corrente⁷.

c) Aumento da produção no nível da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP).

Os 12 países membros da OPEP – entre eles a Arábia Saudita, o Iraque, Irão, a Nigéria e Angola são responsáveis por 32,3 milhões de barris por dia. Portanto, controlam cerca de um terço da produção global de 97 milhões de barris⁸. Teoricamente, deveria ser fácil baixar a produção para aumentar os preços. Pois seria de esperar, já que a OPEP foi fundada como um cartel clássico cuja função é manter os preços altos ou equilibrados para o benefício do produtor (e

⁷ Euronews.com

⁸ *Us Energy information Administration*.

em detrimento dos consumidores). Quase todos mantiveram a produção estável ou até mesmo aumentaram o volume do ouro negro extraído. Seguindo a mesma linha de pensamento, foi possível observar um aumento significativo na produção do *crude* em países como o Iraque, Irão, a Rússia, Brasil, os Estados Unidos da América, o Canadá e Angola, que estendeu a sua produção de 1.400.000 para 1,640,000 de barris por dia.

Então, restam como explicações plausíveis para o aumento da oferta mundial de petróleo, que resultou na queda do preço do barril, duas hipóteses:

- a) *Dumping* – promovido para matar a concorrência do óleo e gaz de xisto.
- b) Jogada estratégica para criar dificuldade económica a países com forte concentração da receita do petróleo no total das exportações.

Dentre ambas, a primeira hipótese é que foi testada, tendo em conta o método observacional e os dados recolhidos.

3. O caso específico de Angola:

A propósito da crise económica e financeira em Angola, verifica-se um desequilíbrio das receitas para o Orçamento Geral do Estado, onde são notáveis as consequências resultantes da falta de fontes alternativas para responder aos actuais desafios, cuja baixa do preço do petróleo no mercado internacional é a principal causa, sem esquecer o facto de que, a incompetência na gestão dos fundos públicos e a falta de visão futura contribuíram para o agravamento desta crise. Há cerca de quatro anos que Angola vem sentindo os efeitos deste fenómeno mundial. A crise entorpeceu o motor da sua economia. Governantes, empresários e população em geral são de opinião haja uma diversificação de fontes de receitas após anos de “comodismo”.

Nos anos anteriores à crise económico-financeira de 2016, aconteceram factos a nível do sistema financeiro mundial que indicavam a possibilidade de uma provável crise económica. No entanto, houve uma negligência na atenção que as autoridades de supervisão deveriam prestar aos sinais da crise. No caso da não materialização do Plano Nacional de Desenvolvimento 2013 – 2017 (PND), economia “pouco” diversificada, baixo incentivo aos investidores (nacionais e expatriados), burocracia em excesso na Administração Pública, etc. Esta omissão das autoridades foi seguida pelo governo angolano e instituições afins. Como o sistema económico-financeiro angolano infelizmente é fechado, com sérias dificuldades em disponibilizar informações de âmbito da produção nacional e financeira à população em geral.

3.1. Possíveis soluções para o caso de Angola:

Para a criação de um ambiente de negócios e de estabilidade económica neste possível momento, é favorável optar por uma diversificação da economia propriamente dita, tal

pressuposto exige liderança do sector público, considerando o papel central que este tem na economia, como regulador, empregador e investidor. Essa liderança deve estar assente numa atitude de facilitação e regulação.

O sector público deve:

- Desburocratizar o processo de legalização de actividades empresariais e melhorar a eficiência dos serviços fiscais; para que se faça cumprir o regulamento e a fiscalização na recolha dos impostos, é necessário uma boa organização por parte das empresas, sugere-se uma revisão da política fiscal comprometida com o estímulo e o aumento das receitas das actividades produtivas locais. A política fiscal poderá ser aplicada de forma transparente e não beneficiar indevidamente grupos económicos específicos em detrimento de outros;

Por exemplo, Angola surge na posição 179 entre 189 países estudados (a África do Sul surge na 41ª posição, a Namíbia em 98ª e Moçambique em 139ª) no ranking sobre a facilidade de desenvolver um negócio⁹. Quer dizer que Angola é um dos países do mundo com um nível muito elevado de burocracia, que tem dificultado a boa prática de negócio.

- Fortalecer e proteger o que existe, adoptando políticas e práticas que beneficiem as micro, pequenas e médias empresas nacionais, sem descorar as expatriadas, dar continuidade aos programas e aprender com a experiência, programas de fomento ao Empreendedorismo ligado ao Balcão Único do Empreendedor, (BUE) e o Centro Local de Empreendedorismo e Serviços de Emprego (CLESE) Crédito de Campanha Agrícola, têm um enorme potencial para contribuir na diversificação da economia, se forem implementados com continuidade e seguindo boas práticas de gestão. O que possa correr mal nestes programas poderá resultar de erros de concepção ou de implementação. Identificar esses erros e corrigi-los, mantendo a continuidade, é fundamental para a actividade económica local.

- Criar um ambiente favorável às empresas na base de políticas que deverão contribuir para um ambiente legal e financeiro estável (previsível) e favorável à formalização e sustentabilidade das actividades económicas.

- Criar uma política de aquisição ou compras de alimentação para os programas de merenda escolar, estabelecimentos hospitalares, unidades militares e outras instituições do Estado de forma descentralizada junto dos produtores e empresários locais.

- O sector agrícola deverá merecer uma atenção especial. Este sector agrega um considerável número de famílias e tem um papel central na segurança alimentar do país.

⁹ Publicado no relatório da *Doing Business* 2015.

Assim, urge a necessidade de aumentar o investimento em assistência técnica aos pequenos produtores, melhoria no acesso aos serviços de crédito (pelos bancos e por outros agentes vocacionados para operar em pequena escala e condições difíceis), de preparação de terras e de aquisição de meios de produção. Desenvolvimento de uma rede de pequenas empresas agrícolas e de serviços nas zonas rurais é mais sustentável e tem um impacto social muito mais seguro do que a opção por grandes polos agro-industriais.

O que o sector público não deve fazer:

- Não competir de forma directa com as empresas do sector privado, deve apenas corrigir as distorções do mercado – o desenvolvimento de redes retalhistas, a gestão de lojas, gestão de pequenas estruturas de apoio às comunidades (água, energia, vias terciárias), entre outras, deverão ser deixadas ao sector privado;
- Não disponibilizar dinheiro público para despesas desnecessárias – fundos públicos não devem, ser usados para comprar cabazes de (de luxo) Natal, carros de top de gama para ostentação e viagens inúteis.

Entretanto, o sector informal apresenta um peso substancial na economia Angolana, pois, tem duas características que devem ser valorizadas:

1. Gera muitos empregos, apesar de precários e informal, constitui a base de sobrevivência de muitas famílias.
2. Presta serviços que são procurados. O sector informal deve por isso ser apoiado a evoluir para a formalização, gerando receitas fiscais e melhorando a qualidade dos seus serviços e o bem-estar das populações.

4. Conclusão.

A crise que é referida é simultaneamente causa e efeito da crise global e que se tem manifestado violentamente sobre as condições de vida das populações, que têm experimentado uma degradação constante desde os primeiros sintomas.

A crise económico-financeira apresenta indicadores macroeconómicos negativos, com contracção das actividades, altos níveis de desemprego e aumento da pobreza, no caso específico de Angola. Trata-se na realidade de uma crise generalizada com quebra de todos os índices, ou de situações que afectam os sectores da economia.

Porém, pretendeu-se neste trabalho proporcionar de forma muito sintética, mas objectiva e estruturante, uma familiarização com os principais sectores a ter na análise das variáveis

macroeconómicas. Para satisfazer o objectivo desta pesquisa, optou-se por uma descrição (ou análise) sequencial dos componentes elementares da economia global. Os resultados obtidos satisfaz os requisitos de objectividade e de dimensão que se pretendia alcançar.

Para um esclarecimento bem mais plausível, tendo em conta o aumento da oferta do brent (referência para as exportações angolanas) no mercado internacional, que resultou na queda do preço do barril, foram analisadas duas hipóteses:

- a) *Dumping* – promovido para matar a concorrência do óleo e gaz de xisto.
- b) Jogada estratégica para criar dificuldade económica a países com forte concentração da receita do petróleo no total das exportações.

Portanto, ficou claro que a primeira hipótese foi aceite, tendo em conta o método observacional. Em outros termos, entende-se que com menos crescimento, diminuição de recursos financeiros do Estado e de divisas na economia angolana, a criação de emprego não vai acontecer nas proporções necessárias. Até porque, crescimento e criação de emprego nem sempre são parte de um binómio completamente compatível. Especialmente quando o país se debate, também, com um sério problema de competitividade, cuja mitigação pode ter de passar pela redução de emprego e salários.

4.1. Recomendações.

Para todos efeitos recomenda-se ao Governo Angolano, uma melhor fundamentação das opções feitas e das dotações atribuídas a cada rubrica na proposta do Orçamento Geral do Estado (OGE), reduzindo os valores destinados a despesas ou serviços não especificados. É compreensível que cada sector tenha uma percentagem para acomodar “imprevistos”, mas essa percentagem não deverá ultrapassar os cinco por cento do orçamento do sector. Em particular, a informação sobre a aquisição de bens e serviços, continua a carecer de maior transparência.

Aconselha-se, igualmente ao governo de Angola, maior coerência em ter o OGE como uma peça de concretização de programa político, que passa pelo reforço da utilização de instrumentos que permitam maior eficácia na execução orçamental e no controlo da despesa, assegurando um efectivo combate a impunidade e a corrupção.

Sugere-se também a apresentação regular e atempada da conta geral do Estado para aprovação da Assembleia Nacional e para que o tribunal de contas cumpra o seu papel de auditoria as contas.

Orienta-se ao mesmo órgão acima referenciado, que entre as grandes prioridades na execução figure o investimento na agricultura e na assistência técnica ao sector, bem como a reabilitação de estradas (vias de acesso) secundárias e terciárias, pois, sem as quais a produção agrícola e o

comércio não poderão ter desempenho aceitável e deixando as populações ainda mais vulneráveis.

Sugere-se que as políticas relacionadas com a distribuição secundária do rendimento – após a incidência dos impostos e das transferências para as famílias, deveriam ser um instrumento para se corrigirem as assimetrias que os mecanismos de mercado introduzem no processo de repartição primária do rendimento.

A forma de recuperarmos a redução dos dividendos gerados pela exportação do petróleo é ter um crescimento inclusivo e este, deve ser alcançado pela diversificação das economias europeias, americanas, africanas e em particular, a economia angolana.

Os governos devem apresentar em seus projectos como grandes desafios, défice energético, criação de um ambiente de negócio favorável, ajustamento da despesa corrente e a remoção de subsídios petrolíferos sem causar pressões sociais.

Por fim, dizer que, dados os níveis de partida, desenvolver as economias nos prazos desejáveis exigirá um esforço hercúleo da parte de cada um dos países, especialmente Angola. Mobilizar recursos tecnológicos e *Know-how* requer estratégia clara, integrada, coerente, consistente e sustentável, mas não necessariamente complexa.

Bibliografia

1. Gonçalves, J. (2014). A economia de Angola nos espaços austrais. Luanda: Mayamba.
2. Keynes, J.M. (2009). A grande Crise e outros textos. Lisboa: Relógios D' Água Editores.
3. Lopes, C.M. (2007). Roque Santeiro – Entre a ficção e a realidade. Estoril: Príncipeia.
4. Marx, K. (1867). O Capital. Munique: Centelha.
5. Mosca, J., Zanzala, J. (2006). Economia dos Palop. Lisboa: CostàCosta.
6. Neves, J.C. (2009). O Nobel da economia – 40 anos de História da economia; 62 Galardoados. Cascais: Príncipeia.
7. Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económicos. (2005). Compreender o crescimento económico. Cascais: Príncipeia.
8. Piketty, T. (2014). O Capital. Lisboa: Bloco gráfico, Lda.
9. Rocha, M.J.A. (2006). Economia e Sociedade em Angola. Luanda: Nzila.
10. ----- (2012). Os limites do crescimento económico em Angola – As fronteiras entre o possível e o desejável. Luanda: Mayamba.
11. ----- (2017). A economia angolana em 2015, 2016 e 2017 – Textos de reflexão. Luanda: Texto Editores.

12. ----- (2013). As transformações económicas estruturais na África subsariana (200-2010). Luanda: Mayamba.
13. ----- (2011). Por onde vaia economia angolana? Luanda: Mayamba.
14. Rocha, M.J.A, Paulo, F., Bonfim, Luís & Santos, Regina. (2018). Estudos sobre a diversificação da economia angolana. Luanda: Universidade Católica de Angola.
15. Silva, V.F. (2012). O Banco Nacional de Angola e a Crise Financeira. Luanda: Mayamba.
16. *Smith, A.* (2006). Riqueza das Nações. Londres: Fundação Calouste Gulbenkian.